

O PRIMEIRO ANO-AGRÍCOLA APÓS O PLANO REAL

Fernando Homem de Melo

Professor Titular de Microeconomia da FEA- USP
e Pesquisador da FIPE

RESUMO

O setor agrícola foi um dos primeiros a sentir os pesados custos causados pela combinação de políticas macroeconômicas do Plano Real, isto é, política monetária apertada e valorização da taxa de câmbio. O primeiro semestre de 1995 foi um dos mais difíceis dos últimos vinte anos. Caso o Plano Real tivesse feito um ajuste fiscal mais forte, é provável que a dimensão desse custo tivesse sido bem menor. Entretanto, o aumento dos preços internacionais em 1996 aliviou a crise agrícola.

PALAVRAS-CHAVE

Plano Real, Agricultura

ABSTRACT

The agricultural sector was strongly affected by mix of macroeconomic policies introduced by Plano Real, that is, tight monetary policy and appreciation of the real exchange rate after July, 1994. The first semester of 1995 was extremely difficult. If Plano Real had itself based on a strong fiscal adjustment, it is very likely that the cost suffered by agricultural producers had been much lower. The increase in international agricultural prices in the first semester of 1996 improved the agricultural situation.

KEY WORDS

Plano Real, Agriculture

O ano de 1995 foi, certamente, um ano difícil e controvertido para nossa agropecuária. O setor agrícola foi um dos primeiros a sentir os custos que o Plano Real impôs aos diversos setores da economia. O primeiro semestre de 1995 foi um dos mais difíceis dos últimos vinte anos. As perspectivas para 1996, entretanto, parecem melhores. Este artigo analisará a situação agrícola durante o ano de 1995, enfatizando a maneira pela qual a política macroeconômica prejudicou o setor e, adicionalmente, procurando quantificar a magnitude desse prejuízo.

A SITUAÇÃO ECONÔMICO-AGRÍCOLA DURANTE 1995

Cinco principais fatores atuaram contra o setor agrícola em 1995, causando quedas de preços e de receitas reais aos produtores:

- a) A política monetária de elevados juros reais no mercado financeiro, a conhecida “âncora” monetária, inclusive em seus efeitos sobre a TR, o endividamento agrícola e a formação dos preços do setor (importações financiadas);
- b) A conseqüente política de valorização da taxa de câmbio real, a conhecida “âncora” cambial;
- c) Um expressivo crescimento na produção de grãos em 1995 (plantio feito logo após a introdução do Plano Real em 1994);
- d) A inoperância da política de garantia de preços mínimos no primeiro semestre de 1995;
- e) Uma excessiva redução, nos últimos anos, das tarifas de importação de produtos agrícolas, principalmente nos casos de arroz, milho, trigo e algodão. Em maio de 1995 a do arroz foi aumentada, corrigindo o equívoco. Adicionalmente, passou-se a exigir pagamento à vista das importações de arroz e milho.¹

1. Esse é um exemplo de se tentar corrigir os efeitos de uma distorção maior, no caso, a própria “âncora” monetária, ao provocar um elevado diferencial de taxas de juros, interna e externa.

Em função das características próprias do setor agrícola, as duas primeiras variáveis o atingiram em cheio, em termos de uma forte redução dos preços reais recebidos pelos produtores. Evidência disso é apresentada no Gráfico 1, comparando-se as evoluções do índice de preços reais recebidos nos meses de 1994 e de 1995 (onze produtos). Na média de 1995 ocorreu uma redução real de 20,0% (deflator, IGP-DI). As outras variáveis também contribuíram para isso. O Gráfico 2, por seu lado, mostra as dimensões das “âncoras” monetária e cambial. Entre junho de 1994 e dezembro de 1995 houve um juro real acumulado de 42,0% no mercado financeiro (2,22% ao mês, em média). O setor agrícola foi tremendamente prejudicado por essas duas “âncoras” macroeconômicas do Plano Real. Caso este tivesse feito o necessário ajuste fiscal o ônus imposto ao setor agrícola não teria sido tão grande quanto o verificado.

Ao contrário, a política fiscal foi fortemente expansionista em 1995. O déficit público, no conceito operacional, foi de 4,95% no ano para os três níveis de governo.

GRÁFICO 1
EVOLUÇÃO DO ÍNDICE TOTAL DE PREÇOS REAIS RECEBIDOS
DURANTE 01/1994 12/1995 (02/1990 = 100)

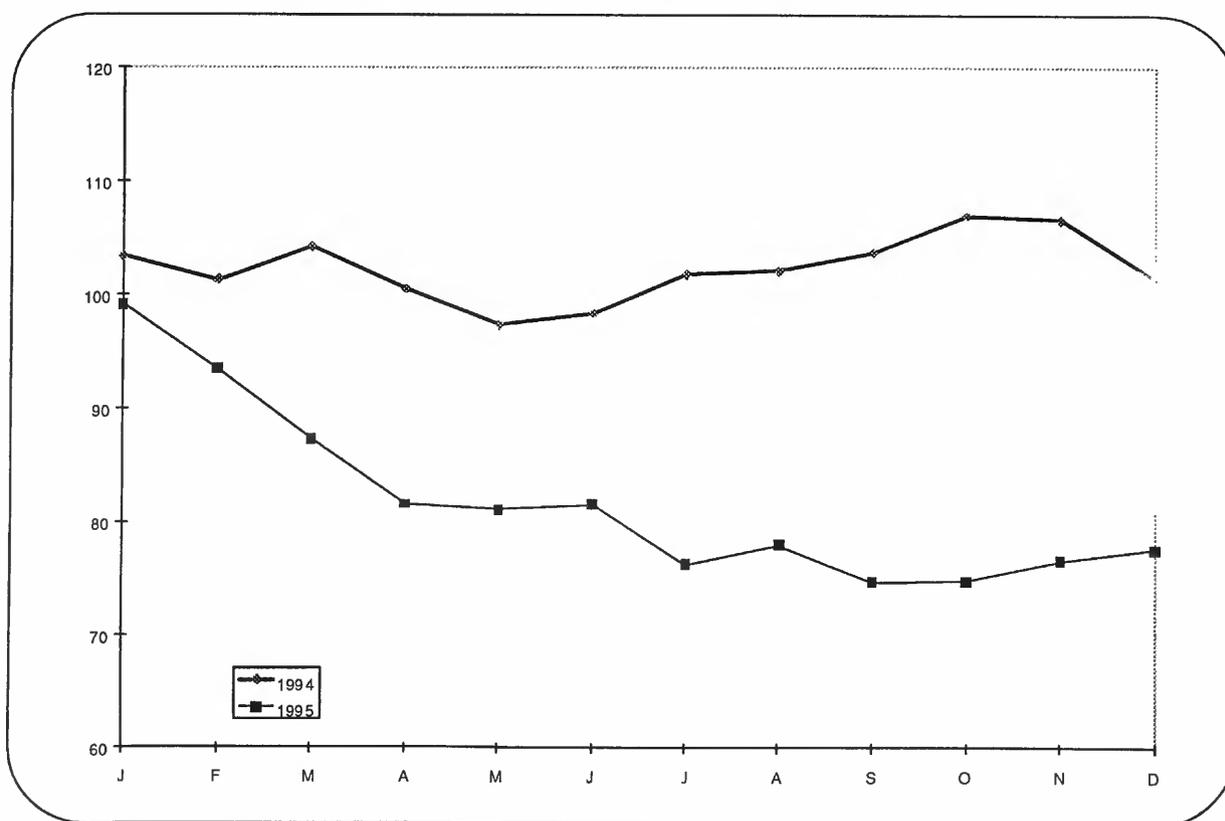
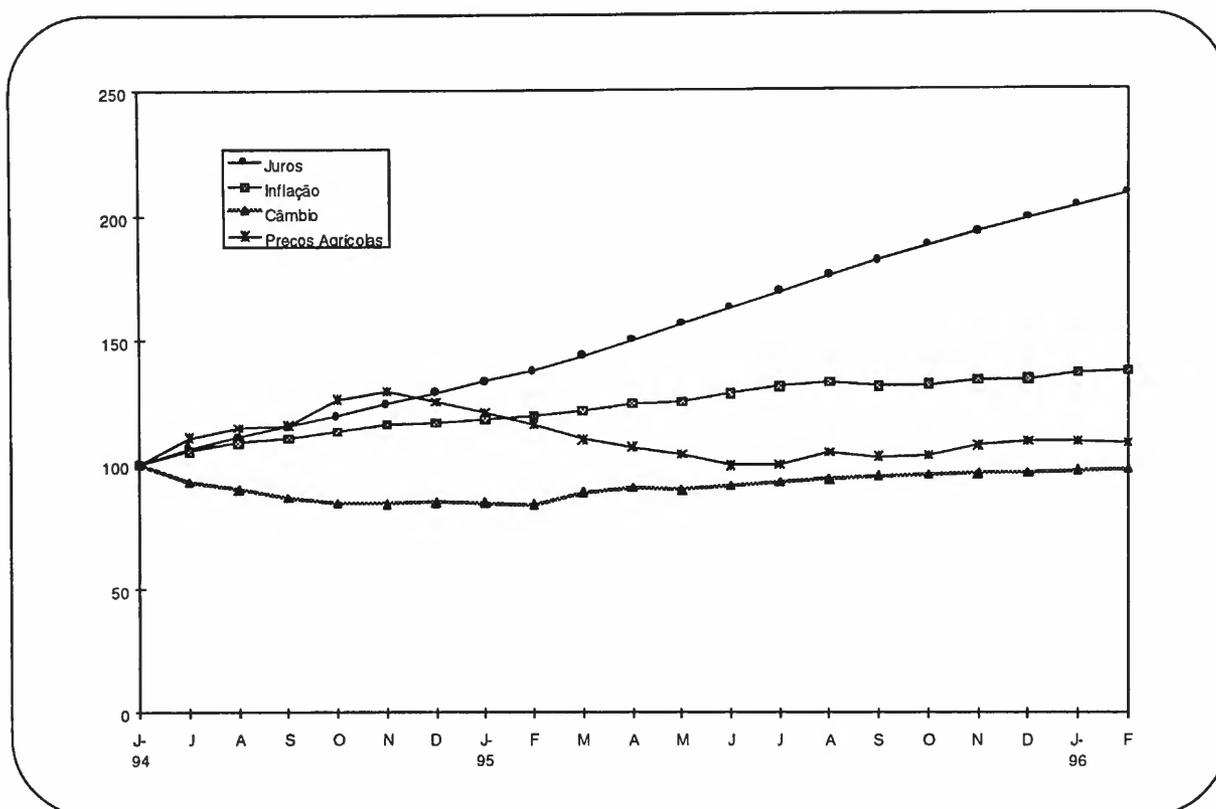


GRÁFICO 2
EVOLUÇÕES DOS ÍNDICES DE TAXAS DE JUROS, DE INFLAÇÃO (IGP-DI), DOS PREÇOS RECEBIDOS E DA TAXA DE CÂMBIO DURANTE 06/1994 - 02/1996 (06/94 = 100)



Portanto, o ônus do Plano Real foi jogado sobre o setor privado, em particular o setor agrícola, na forma de menores preços e rendas.²

2. Nas palavras de Pastore e Pinotti, "Se a defesa da taxa cambial tiver que repousar neste tipo de política monetária, o mínimo que deveremos esperar são custos sociais muito elevados, sem que se ganhe significativamente na restauração do equilíbrio externo. O desaquecimento da economia, em uma circunstância como esta, teria que ser realizado reduzindo o consumo do governo, o que significa uma política fiscal contracionista, cujos efeitos são neutros sobre a taxa de juro e, conseqüentemente, evitam a valorização cambial". Veja Pastore, A. C. e M. C. Pinotti, "A Questão do Câmbio e o Controle da Inflação", *Gazeta Mercantil*, 09-11 de junho de 1995, p. 03.

EXPRESSIVO CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO DE GRÃOS EM 1995

A Tabela 1 mostra os dados da produção agrícola brasileira nos anos de 1994 e de 1995. O crescimento agregado, como mostrado na última linha, foi de 2,5%. Esse crescimento, entretanto, ficou prejudicado pelos fortes declínios nas produções de café (geadas e estiagem em 1994) e de trigo (paralisa da política agrícola em 1995).

A produção brasileira de grãos, por seu lado, alcançou 81.189 mil toneladas em 1995, com um crescimento de 8,0% relativamente ao nível de 1994 (dados da CONAB). Os maiores destaques foram os crescimentos das produções de milho e arroz. De acordo com a Tabela 1, a produção de arroz aumentou 7,4%, enquanto a de milho aumentou 13,0%. Esses resultados indicam um crescimento da produção das culturas de mercado interno, superior ao crescimento de suas demandas, caracterizando um quadro de excesso de oferta e de pressão baixista sobre os preços recebidos pelos produtores. Em suma, a agricultura confiou no crescimento da demanda interna com o sucesso do Plano Real e incrementou sua produção. Essa foi a terceira variável que provocou a situação da crise agrícola em 1995.

A quarta razão para a difícil situação do setor agrícola em 1995 foi a inoperância da política de preços mínimos. Evidentemente, essa política tem uma maior necessidade nos anos de excesso de oferta, como o foi o ano de 1995. Por diversas razões, todavia, a política de preços mínimos não exerceu seu papel mais "ativo", como seria o desejável nessas circunstâncias. Talvez a principal tenha sido uma deliberada decisão, em nível de Ministério da Fazenda, de privilegiar o combate à inflação, desconsiderando-se os custos envolvidos e as causas do processo.

O PRIMEIRO ANO AGRÍCOLA APÓS O PLANO REAL

TABELA 1
ESTIMATIVAS DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NO BRASIL EM 1994 E 1995,
VINTE PRODUTOS (1.000 t)

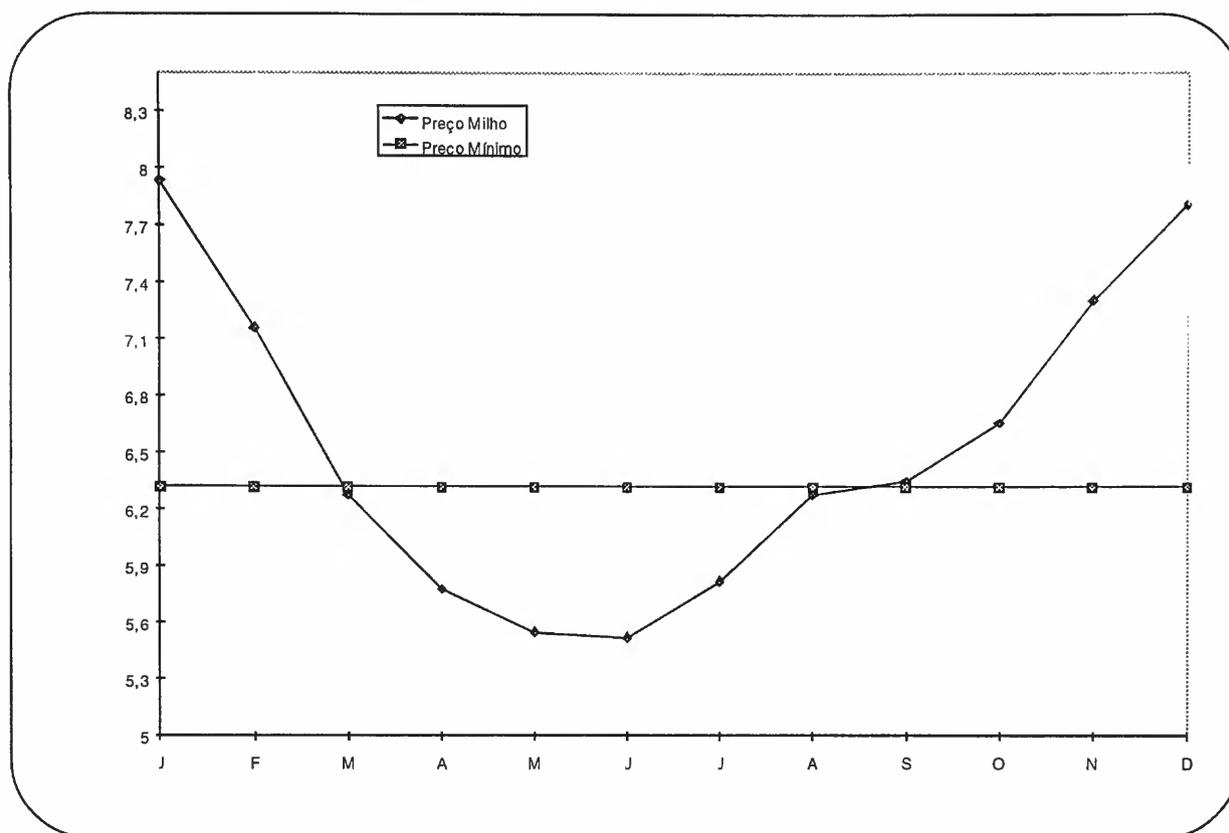
CULTURAS	PRODUÇÃO		VARIAÇÃO
	1994	1995	(%)
Algodão	1.367	1.472	+ 7,7
Amendoim	159	169	+ 6,3
Arroz	10.499	11.272	+ 7,4
Batata	2.480	2.585	+ 4,2
Cacau	330	280	15,1
Café	2.613	2.053	21,4
Cana	292.070	301.736	+ 3,3
Cebola	1.019	907	11,0
Feijão	3.368	2.953	12,3
Fumo	519	458	11,7
Laranja ^a	87.091	98.772	+ 13,4
Mamona	53	35	- 34,0
Mandioca	24.452	25.921	+ 6,0
Milho	32.487	36.719	+ 13,0
Sisal	131	128	2,3
Soja	24.912	25.581	+ 2,7
Tomate	2.678	2.686	+ 0,3
Trigo	2.092	1.561	25,4
Uva	807	828	+ 2,6
ÍNDICE TOTAL	100,0	102,5	+ 2,5

Nota: ^a Milhões de Frutos.

Fonte: IBGE e nossa elaboração.

Em conseqüência dessa inoperância da política de preços mínimos, os preços de mercado aos produtores de grãos ficaram abaixo dos preços de garantia na maioria das regiões produtoras. Isso significou uma adicional perda de renda aos produtores agrícolas na região Centro-Sul. O **Gráfico 3** mostra o comportamento dos preços recebidos pelos produtores de milho em São Paulo durante os doze meses de 1995. Os preços de mercado ficaram abaixo do mínimo entre os meses de março e agosto. Essa ocorrência, em São Paulo, é indicativa de uma situação grave, dada a sua proximidade aos locais de grande consumo. Essa deficiência não pode, simplesmente, ser atribuída ao problema da extinção da TR pelo Congresso Nacional em abril de 1995. Muito mais esteve envolvido para explicar essa inoperância.

GRÁFICO 3
PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES DE MILHO EM SÃO PAULO
E O PREÇO MÍNIMO DURANTE 1995 (R\$ / 60 kg)



A QUESTÃO DO EFEITO DEPRESSIVO SOBRE A RECEITA AGRÍCOLA

A Tabela 2 mostra o comportamento dos preços médios anuais em 1994 e 1995 das mesmas dezenove culturas. Houve um declínio médio real de 15,2% em 1995, o que caracteriza um primeiro indício da séria crise agrícola que se instalou em nosso País no ano passado. Essa magnitude é um pouco menor à queda de 20,0%, anteriormente indicada, de nossa estimativa. Uma das diferenças é a nossa inclusão dos produtos animais.

Quatorze dos dezenove produtos listados na Tabela 2 tiveram reduções de preços reais em 1995 (preços da Agroanalysis). Os casos de maior gravidade foram os do arroz, batata, feijão, milho e soja, basicamente os grãos. As exceções, isto é, produtos com aumentos de preços reais, foram mandioca, cebola, sisal e uva. O caso da mandioca é o mais surpreendente: houve um aumento de 6,0% na produção e, ao mesmo tempo, um aumento de 40,5%

O PRIMEIRO ANO AGRÍCOLA APÓS O PLANO REAL

no preço real recebido pelos produtores. Outro caso é o da laranja. A Tabela 2 indica um aumento de 0,7% no preço real aos produtores, o que não parece bater com a realidade da citricultura paulista. Em nosso levantamento, com os dados do IEA São Paulo, houve um declínio de 27,5% no preço real recebido pelos produtores. No caso da mandioca, entretanto, houve aumento real de preço no varejo.

TABELA 2
NÍVEIS DE PREÇOS MÉDIOS REAIS RECEBIDOS NO BRASIL,
MÉDIAS DE 1994 E 1995 (R\$/t DE 12/95)

CULTURAS	1994	1995	VARIAÇÃO (%)
Algodão	510	440	13,7
Amendoim	400	360	10,0
Arroz	230	190	17,4
Batata	460	370	19,6
Cacau	1.140	1.060	7,0
Café	1.210	1.120	7,4
Cana	14,6	12,9	11,6
Feijão	880	530	39,8
Fumo	1.860	1.720	7,5
Laranja ^a	28,3	28,5	+ 0,7
Milho	140	120	14,3
Mandioca	48,9	68,7	+ 40,5
Soja	230	160	30,4
Tomate	440	420	4,5
Trigo	150	150	
Cebola	330	510	+ 54,5
Mamona	250	250	
Sisal	210	250	+ 19,0
Uva	310	420	+ 35,5
ÍNDICE TOTAL	100,0	84,8	15,2

Nota: ^a R\$/milhar.

Fonte: *Agroanalysis* e nossa elaboração.

A Tabela 3 mostra os resultados finais para os anos de 1994 e 1995 com respeito à receita total recebida pelos produtores das mesmas dezenove culturas.

As reduções da área plantada e da produção de grãos na safra 1995/96 encontram, em parte, explicação na forte queda da receita auferida pelos produtores em 1995. Para os produtores de grãos a redução foi de R\$ 3.647

milhões. No total dos dezenove produtos a redução chegou a R\$ 4.214 milhões, o correspondente a 13,1%. Essa foi uma redução muito grande e que provocou a descapitalização do setor agrícola. As causas principais dessa crise foram as anteriormente mencionadas:

- a) elevadas taxas de juros reais;
- b) apreciação da taxa de câmbio real;
- c) um quadro de excesso de oferta interna;
- d) inoperância da política de preços mínimos, e
- e) excessivamente baixas tarifas de importação de produtos agrícolas.

TABELA 3
ESTIMATIVAS DO VALOR DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA BRASILEIRA EM 1994 E 1995, DEZENOVE PRODUTOS (R\$ MILHÕES), PREÇOS MÉDIOS

CULTURAS	1994	1995	VARIAÇÃO (%)
Algodão	697	648	7,0
Amendoim	64	61	- 4,7
Arroz	2.478	2.142	13,6
Batata	1.141	956	16,2
Cacau	376	297	21,0
Café (côco)	3.162	2.299	-27,3
Cana	4.264	3.892	-8,7
Cebola	336	462	+37,5
Feijão	2.964	1.565	-47,2
Fumo	965	788	-18,3
Laranja	2.465	2.815	+14,2
Mamona	13	9	-30,8
Mandioca	1.196	1.781	+48,9
Milho	4.548	4.406	3,1
Sisal	28	32	+14,3
Soja	5.730	4.092	28,6
Tomate	1.178	1.128	4,2
Trigo	314	234	25,5
Uva	250	348	+39,2
TOTAL	32.169	27.955	13,1 (- 4.214)

Fonte: IBGE, *Agroanalysis* e nossa elaboração.

O PRIMEIRO ANO AGRÍCOLA APÓS O PLANO REAL

Mesmo desconsiderando-se os casos dos preços de mandioca e laranja, o resultado de 1995 foi que o setor agrícola teve uma das piores crises de renda de sua história. Isso provocou, também, a difícil situação vivida pela indústria de insumos.

A contraparte, entretanto, foi uma grande transferência de renda para os consumidores, principalmente os de menores rendas. O Gráfico 4 mostra as evoluções nominal e real do valor da cesta básica do PROCON-DIEESE. Entre junho de 1994 e dezembro de 1995 a redução real foi de 22,2%. A questão que fica, todavia, é a da sustentabilidade dessas reduções neste e nos próximos anos.

GRÁFICO 4
EVOLUÇÕES DOS VALORES NOMINAL E REAL DA CESTA BÁSICA
EM SÃO PAULO, DURANTE 06-94 - 02/96
(R\$ DE 06/94)

